

ISSN 0870-4147

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XXI



COIMBRA/1984

Ainda que a coroa apresentasse justificações de ordem económica e social para a venda de baldios — entre elas a regularização da situação dos possuidores de terras sem título e consequente criação de estabilidade para o cultivo dos campos —, foram de ordem financeira os móbeis deste processo. As crescentes dificuldades a este nível levaram o rei a vender terras de pastagens (e não apenas as cultivadas, como parecia estar no projecto inicial) apesar dos insistentes protestos dos povos.

As receitas provenientes das vendas foram gastas no pagamento aos funcionários e aos credores da coroa. Segundo V., «fueron los banqueros y comerciantes, castellanos y extranjeros, los que absorvieron la gran mayoría de estos ingresos».

Esta medida de Filipe II teve como consequência apenas uma diminuição da área de aproveitamento comum e não a sua supressão. Os municípios salvaguardaram algumas dessas áreas através da sua compra. É, no entanto, uma etapa dum processo que se irá desenrolar nos séculos seguintes.

Estas algumas notas tiradas da leitura de uma obra que consideramos de grande interesse, pela novidade do tema e pelas perspectivas de compreensão da realidade económica e social de Castela que vem abrir.

Entretanto, fazemos votos de que o cruzamento das fontes utilizadas com outras permita esclarecer dúvidas e problemas que ficam em aberto.

MARIA MARGARIDA SOBRAL NETO

DAVID E. VASSBERG — *Land and Society in Golden Age Castile*. Cambridge, 1984. Cambridge University Press. Col. «Cambridge Iberian And Latin American Studies». xvii + 263 pp.

Esta obra, publicada em 1984, vem na sequência de alguns estudos publicados por Vassberg desde 1974, que têm como objecto o mundo rural de Castela do séc. xvi e especialmente o comunitarismo agrário (1). Neste livro Vassberg retoma o tema, inte-

(\*) Cfr. David E. Vassberg, *La venta de tierras baldías. El comunitarismo agrario y la corona de Castilla durante el siglo XVI*, Madrid, 1983,

grando-o, agora, no campo mais vasto em que ele se insere — a propriedade da terra nas suas múltiplas formas de posse e fruição e os homens que a trabalhavam e/ou usufruíam dos seus produtos.

Terra e sociedade são indissociáveis no séc. xvi como em todo o Antigo Regime. Indissociáveis no plano da realidade, mas nem sempre associados no plano do conhecimento. Se analisarmos a historiografia do séc. xvi, um dos períodos privilegiados pelos historiadores, deparamos de imediato com lacunas a este nível. Por este motivo, o título da obra desperta o interesse do investigador, interesse que se reforça com a leitura da sua introdução. Esta revela-nos um historiador sabedor do seu ofício e a par dos problemas com que a investigação se debate no campo da história agrária. Nela encontramos um conjunto de questões pertinentes que motivaram e orientaram a sua pesquisa e a apresentação prévia de dificuldades e limitações do seu trabalho. Consciente da impossibilidade de tratar com profundidade uma realidade tão complexa e que se desenrolou num espaço tão vasto, põe de sobreaviso o leitor: «This is by no means a definitive treatment. It is an introduction to the subject of landownership in early modern Castile».

Esta «introdução», ou mais propriamente, abordagem com limitações ao tema «sociedade e terra», aparece-nos desenvolvida em 7 capítulos: 5 dedicados às relações que os diversos grupos sociais tinham com a terra e 2 em que se abordam as mudanças na produção e na propriedade verificadas no séc. xvi e os problemas do mundo rural.

Ao longo da obra a agricultura e a pecuária aparecem-nos numa relação de complementaridade e oposição originando equilíbrios e desequilíbrios. Este tema tem, no entanto, maior desenvolvimento nos primeiros 3 capítulos, dedicados à propriedade e usos comunitários.

O relevo dado ao «complex System of public ownership of the soil and its fruits», justifica-o o A. por haver um desajustamento entre a função desempenhada pela propriedade comunitária na rea-

**Servicio de Publicaciones Agrarias del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Alguns capítulos desta obra tinham sido já publicados em revistas.**

lidade económica e social espanhola e a atenção que lhe tem sido dada pelos historiadores, que muitas vezes atribuem maior ou menor importância aos fenómenos históricos de acordo com a quantidade de registos escritos (2).

Dando o seu contributo para o conhecimento e compreensão desta forma de propriedade, fala-nos das suas origens; tenta clarificar conceitos — baldio, bens dos concelhos (comunais e próprios) ; refere formas de propriedade e usos comunitários — *egido, dehesa boyal, cotos, prados, entrepanes, montes, tierras entradizas, tierras cadañeras, derrota de mieses*; função e formas de utilização — as pastagens, a fruição das madeiras, estrumes e lenhas, o cultivo periódico, as diversas formas de utilização e administração da propriedade pública em contextos económicos e sociais diversos, expressão do carácter multifacetado da realidade e embaraço para os historiadores que querem clarificar, separar realidades que se imbricam — caso dos baldios e bens do concelho, que frequentemente só se conseguem distinguir no plano jurídico.

Os 2 capítulos seguintes subordinam-se ao título «Propriedade privada»: os estratos privilegiados (nobreza, igreja e ordens militares) e os não privilegiados (camponeses e burguesia). «Propriedade privada», pensamos, por oposição a propriedade comunitária.

Esta repartição e classificação da propriedade não comunitária é útil em termos de análise e de exposição, mas é de alguma forma artificial, porque separa o que é inseparável. O estudo das estruturas de propriedade e exploração agrícola do Antigo Regime tem que ter sempre subjacente um conceito de propriedade diferente do actual e que se caracteriza por uma partilha dos direitos que integram actualmente o direito de propriedade. Do facto está consciente o A. quando escreve, citando Slicher van Bath: «the question of ownership is complex, because several different parties can have rights to the same piece of land», e quando adverte o leitor da necessidade de banir «velhas generalizações» e «esteréotipos».

A leitura destes capítulos confirma a intenção do autor de rejeitar «velhas generalizações» e de apreender a relação que os

(2) V. não esquece os autores que se debruçaram sobre o assunto, nomeadamente Joaquín Costa, na obra *Colectivismo Agrario en Espana*.

diversos grupos sociais tinham com a terra nas suas múltiplas formas e diversidades regionais.

A representação que nos dá da realidade tem, no entanto, lacunas que resultam do facto de o A. não ter à sua disposição um conjunto de monografias que cubram a vasta zona estudada.

Mas a leitura destas páginas é proveitosa pela informação que contém sobre diversos aspectos da vida rural —, regime senhorial, distribuição geográfica da terra dos diversos grupos sociais; formas de exploração, contratos agrários, direitos senhoriais, modos de acesso dos camponeses à fruição ou propriedade da terra e seu significado económico, formas e alcance do investimento da burguesia na agricultura —, pelos problemas que levanta e hipóteses que formula.

Até aqui, temos encontrado uma análise essencialmente ao nível estrutural. Nos 2 últimos capítulos V. tenta apreender as mudanças operadas no século xvi e a conjuntura dos finais do século.

A primeira mudança apontada é o desbravamento de áreas incultas que constituíam terras de aproveitamento comum e a extinção de usos comunitários. As explicações para este fenómeno são múltiplas: o crescimento populacional e o conseqüente aumento de procura de terras, as exigências de uma agricultura em desenvolvimento que procura alargar áreas de cultivo e extinguir «servidões colectivas» — caso da *derrota de mieses*, as dificuldades financeiras do Estado, que recorre à venda de baldios e à concessão de licenças para a vedação dos campos a fim de obter receitas, a oportunidade aproveitada por pessoas sem terra para adquirir um pedaço, a ambição de lavradores e senhores de aumentarem as suas terras e rendas.

Este processo introduziu uma ruptura no equilíbrio existente entre agricultura e pecuária, fazendo pender a «balança» em favor da agricultura. Este desequilíbrio provocou conflitos entre agricultores e pastores — em especial os pastores da *Mesta* — e protestos dos povos e concelhos.

A substituição do boi pela mula — animal mais rápido, que se adaptava melhor ao cultivo da vinha (cultura em expansão) e não necessitava das áreas de pastagem dos bovinos — é a grande mudança ao nível das técnicas agrárias.

Entre as conseqüências do «impacto» das índias salientam-se: o

alimento do preço dos produtos agrícolas e da terra, uma especialização de culturas (vinha e oliveira), o alargamento dos latifúndios, o investimento de capitais sob a forma de aquisição de terras ou constituição de rendas (*censos al quitar*), o reforço do regime senhorial, — obra de uma burguesia endinheirada que adquiriu títulos de nobreza, jurisdições e senhorios.

A concessão de licenças para a criação de novos *villazgos* é outra das mudanças apontadas. Foi um dos expedientes de que o Estado se serviu para aquisição de receitas. Esta medida agradeu aos lugares que adquiriram a sua autonomia, mas suscitou a oposição dos concelhos, que viram limitada a área da sua jurisdição e o seu património.

A vedação dos campos com a consequente supressão do com-pásalo e a venda de baldios articulam-se com a primeira mudança apontada. O relevo que lhe é dado pelo A. decorre do facto de considerar que a propriedade e usos comunitários eram um suporte das antigas estruturas e a sua erosão significar uma viragem a este nível.

A última mudança apontada foi a que se operou na região de Granada após a expulsão dos muçulmanos. O A. analisa as implicações na agricultura desta região do «choque» entre sistemas de cultivo diferentes.

Qual o significado destas mudanças? É uma pergunta que naturalmente se põe ao leitor.

Referindo-se ao séc. xvi Braudel escreve: «O Mediterrâneo continua a ser um universo de camponeses, de proprietários rurais, com estruturas pouco flexíveis» (3) e acrescenta que será a introdução do milho que trará a «revolução interna». V. considera que o investimento burguês na agricultura se traduziu no reforço do regime senhorial e alguns autores falam de «reação senhorial».

Mas nem tudo é continuidade ou reforço de estruturas. Há já sinais de mudança. Um deles é a individualização da propriedade, processo que irá desenrolar-se nos séculos seguintes (4).

No capítulo final V. dá-nos uma imagem da progressiva

(3) Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Publicações Dom Quixote, 1.º vol., Lisboa, 1984, p. 470.

(4) Cfr. Marc Bloch, *La Historia Rural Francesa*, Traducción de Alejandro Pérez, Editorial Crítica, Barcelona, 1978, cap. vi.

deterioração da situação dos camponeses e surpreende algumas das componentes da depressão que se revelaria no século seguinte <sup>(5)</sup>.

Condições meteorológicas adversas, técnicas pouco eficazes de renovação da fertilidade da terra, a diminuição das áreas de aproveitamento comum, a renda agrícola, os impostos régios, o funcionamento do mercado interno e os mecanismos de fixação de preços e salários são factores que se terão congregado e contribuído para o agravamento da situação nos campos.

As dificuldades são sentidas particularmente pelos camponeses mais débeis, endividados com a aquisição de terras baldias ou com empréstimos contraídos para cobrir despesas de exploração e consumo, e oprimidos pelas rendas pagas aos senhores e «censos» aos credores.

Esta situação culminaria com a epidemia que alastrou de 1596 a 1602, dizimando parte da população.

Vassberg conclui estabelecendo uma relação entre a decadência do império e um dos seus suportes, a agricultura.

Para a construção desta imagem o A. fez um grande esforço de recolha de informação e de articulação de dados e problemas. O quadro ficou, no entanto, com espaços em branco e cores pouco definidas, porque ainda lhe faltaram elementos, nomeadamente os de natureza quantitativa, que, a existirem, lhe permitiriam dimensionar com mais rigor alguns fenómenos.

Foi, talvez, a representação possível da realidade no momento. Os estudos que V. anuncia irão enriquecer certamente esta imagem.

MARIA MARGARIDA SOBRAL NETO

<sup>(5)</sup> A obra de Noël Salomon, *La campagne de Nouvelle Castille à la fin du XVI.<sup>e</sup> siècle d'après les «Relaciones Topográficas»*, foi referência importante para o A. nestes capítulos como nos antecedentes.